

Articulação e integração entre a universidade e o ensino de primeiro e segundo graus*

José Camilo dos Santos Filho, Ph.D.**

Resumo

A articulação e integração entre a universidade e as escolas de primeiro e segundo graus no Brasil têm sido, até o presente, um problema ainda mal resolvido, tanto no aspecto legal e estrutural quanto no aspecto quantitativo e qualitativo. Enquanto esta questão foi razoavelmente resolvida pela maioria dos países desenvolvidos, no Brasil constitui ainda um dos maiores problemas educacionais.

O objetivo deste trabalho é: 1) apresentar alguns problemas críticos relacionados com a articulação e integração entre o ensino superior e o ensino de primeiro e segundo graus, 2) identificar as agências mediadoras entre o ensino superior e a escola de segundo grau, 3) explicitar a influência da escola secundária no ensino superior e deste na escola secundária, e 4) sugerir estratégias para o aprimoramento

*Versão modificada e ampliada de trabalho apresentado no Conselho Estadual de Educação (São Paulo, 14 de dezembro de 1988) e no VIIth World Congress of Comparative Education (Université de Montréal, June 26-30, 1989).

**Professor da Faculdade de Educação da UNICAMP.

dos elos entre as instituições de ensino superior e as escolas de primeiro e segundo graus.

Abstract

The articulation and integration between the university and elementary and secondary schools has been up to now a problem still badly solved under the legal and structural aspects as well as under the quantitative and qualitative dimensions. While this problem has been reasonably solved by the majority of the developed countries, in Brazil it still constitutes one of the biggest problems of Brazilian education.

The purpose of the paper is (1) to present some of the critical problems related to the articulation and integration between higher education and elementary and secondary schools, (2) to identify the mediating agencies between higher education and secondary school, (3) to determine the influence of secondary school on higher education and of higher education on secondary school and, (4) to make recommendations for improving the links between both higher education institutions and elementary and secondary schools.

Introdução

A articulação entre os diversos níveis de ensino no Brasil tem sido um problema ainda mal resolvido, tanto no aspecto legal e estrutural quanto no aspecto quantitativo e qualitativo (Ramos, 1980). Neste momento de nova Constituição brasileira e de elaboração da nova Constituição estadual, é muito oportuno recolocarem-se os grandes problemas relativos a questão da articulação e integração entre os diversos níveis de ensino do país e do Estado de São Paulo, para que sejam melhor equacionados nas próximas leis de ensino.

O propósito deste trabalho é apresentar alguns aspectos relacionados com o problema da articulação e da integração entre o ensino superior e a escola de segundo grau. Diversos aspectos já foram tratados em outros encontros e publicações (MEC, 1976, número especial da Revista Educação Brasileira, II (5), 1980). Um dos itens menos discutidos nestas publicações e encontros recentes tem sido o da articulação entre a escola de segundo grau e o ensino de terceiro grau. Por isso, daremos ênfase às relações entre estes dois níveis de ensino. Por outro lado, o item mais discutido tem sido o da integração entre a universidade e o sistema de ensino de primeiro e segundo graus. Por isso, a este aspecto faremos um aceno mais breve e remeteremos o leitor para os estudos já realizados e publicados. Deste modo, abordaremos neste trabalho: 1) alguns problemas e questões pertinentes às relações entre o segundo e o terceiro grau e à integração entre a universidade e o ensino de primeiro e segundo graus; 2) análise das agências mediadoras entre o segundo e o terceiro grau; 3) análise da influência da escola no ensino superior; 4) análise da influência do ensino superior na escola; 5) sugestão de possíveis medidas para o aprimoramento da articulação entre o segundo e o terceiro graus; e finalmente 6) análise da contribuição da universidade para a melhoria do ensino de primeiro e segundo graus e dos mecanismos operacionalizadores de sua integração com este sistema de ensino.

Problemas de articulação e integração entre o ensino superior e o ensino de primeiro e segundo graus

Inicialmente gostaria de colocar, como dizem os escolásticos em suas famosas disputas acadêmicas, o *status quaestionis*, o estado da questão, os problemas que considero mais pertinentes ao tema deste trabalho. Não tenho a pretensão de elencá-los, nem de responder às questões levantadas, mas apenas a intenção de sugerir reflexões e possíveis encaminhamentos às soluções. Às vezes é mais difícil levantar questões pertinentes do que apresentar soluções. Como dizem os pesquisadores, uma questão bem formulada já é metade da solução do problema.

Levantarei questões mais gerais, problemas relacionados com aspectos quantitativos e qualitativos da articulação entre segundo e terceiro graus e referentes às relações institucionais entre o sistema de administração do ensino de primeiro e segundo graus e o sistema de ensino superior.

Entre os problemas mais gerais, podem ser citados os seguintes:

— Já é bastante longa a história do vestibular no sistema educacional brasileiro. Este sistema passou por inúmeras mudanças, mas o vestibular resistiu a todas. Com o passar dos anos, apenas sofisticou-se na forma, mantendo o mesmo objetivo e conteúdo básico. As disfunções deste mecanismo de articulação entre o segundo e o terceiro graus só ficaram evidentes a partir da década de 60, quando o sistema de ensino de primeiro e segundo graus cresceu mais velozmente que o ensino público de terceiro grau. Contudo, este tipo de articulação, sendo mais classificatório do que diagnóstico, parece inadequado tanto na dimensão de conteúdo (falta de continuidade curricular) como na dimensão das habilidades in-

telectuais necessárias ao futuro estudante universitário. Pior que isto, este tipo de sistema seletivo está pervertendo os propósitos da escola de primeiro e segundo graus, que se tem tornado preparatória para o vestibular, embora a maioria de seus alunos nunca chegue às portas da universidade.

— Grande contingente dos concluintes do terceiro grau vai trabalhar nas escolas de primeiro e segundo graus. No entanto, a articulação da formação deste contingente com seu futuro mercado de trabalho, a escola, tem sido inadequada, ineficiente e pouco aprimorada de sua preparação profissional.

— A clientela das escolas públicas de segundo grau, em sua maioria, articula-se com as escolas superiores particulares pagas. Por outro lado, a clientela das escolas particulares de segundo grau articula-se com as escolas superiores públicas gratuitas. Perversão maior desta articulação: a classe média e média alta da escola particular tem escola superior pública gratuita e de boa qualidade, enquanto a classe média baixa e baixa (se chegar lá) tem escola superior particular paga e de qualidade duvidosa. Desde os anos 70, existe uma tendência inversa na população estudantil do ensino superior quando se compara esta situação com a da década de 60. Hoje a proporção de estudantes na universidade pública é de 25%, o que significa cerca de quatrocentos mil estudantes e o resto (75%), cerca de um milhão e duzentos mil, vai para faculdade e universidade particular.

— As sociedades democráticas devem buscar crescente equidade social, mas também precisam de talentos, de excelência. A maioria dos países desenvolvidos tem tido mais sucesso que os subdesenvolvidos em conciliar em seu sis-

tema de ensino superior o princípio de equidade com o de excelência. Têm conseguido estabelecer um equilíbrio dinâmico entre estes dois pólos quase contraditórios e, para isso, criaram um sistema de ensino superior muito flexível e diversificado. Através de um sistema de ensino superior com dois ou três ciclos, ampliaram e estenderam o acesso a algum tipo de ensino superior a mais candidatos do que nunca na história deste nível de ensino. Seus sistemas se tornaram "sistema de acesso de massa", e alguns deles estão até mesmo caminhando em direção a um sistema de acesso universal (Cordoran, 1978). A maioria dos países em desenvolvimento, inclusive o Brasil, ainda mantém um sistema de acesso de elite (classes média e alta) ao ensino superior público, embora o sistema de ensino superior como um todo tenha tido um crescimento exponencial em sua população estudantil durante as décadas de 60 e 70. De fato, havia cerca de 425 mil estudantes no ensino superior brasileiro em 1970, mais de um milhão em 1980 e hoje há cerca de 1600 mil, (SEEC-MEC, 1972; Unesco, 1985). Como este crescimento se deu predominantemente no setor privado do sistema, suas iniquidades são ainda maiores do que no passado.

— Como já mencionei, na maioria dos países desenvolvidos, o conceito de educação superior significa uma gama muito diversificada de instituições de terceiro grau e não apenas a universidade (Curry e Schaen, 1978; Husén, 1978). No Brasil, ao contrário, até recentemente havia forte resistência à aceitação de formas diversificadas e alternativas de instituições de ensino superior com objetivos e níveis diferenciados de excelência e com requisitos de acesso igualmente diversificados. O sistema tendia a permanecer monolítico e indiferenciado, pelo menos na dimensão legal. Agora há uma crescente consciência, inclusive entre alguns reitores de universidades públicas, de que o sistema público de ensino superior não pode expandir-se e oferecer maior oportunidade para mais estudantes sem se tornar flexível e diferenciado. A próxima LDB, e possivelmente alguma nova Constituição Estadual, irá propor um sistema diversificado de ensino superior.

Quanto ao aspecto quantitativo da escola de segundo grau e sua relação com o ensino

superior, observam-se alguns fatos e problemas:

— há um persistente desequilíbrio entre a demanda social por ensino superior e a oferta de vagas. A UNICAMP, por exemplo, teve mais de trinta mil candidatos no vestibular de 89 para apenas 1600 vagas. Relação mais ou menos semelhante se repete para todas as universidades públicas. Estes dados mostram o grande desequilíbrio entre estes dois níveis de ensino e revelam a política governamental de privatização do ensino superior durante as duas décadas passadas, implicando menos investimento no ensino superior público. Devido a esta política, o Brasil tem atualmente apenas cerca de 10% da população de 20 a 24 anos de idade no ensino superior; enquanto México, Uruguai e Chile têm cerca de 15%; Argentina, Panamá e Venezuela, mais de 20%; França, Itália, Japão e Suécia atingem mais de 25% e os Estados Unidos, quase 50% deste mesmo grupo etário (Belloni, 1986);

— apesar do supostamente grande número de candidatos ao vestibular, ainda é muito pequeno o contingente de concluintes do segundo grau no Brasil quando se compara seu desempenho com o dos países desenvolvidos, onde cerca de 60 a 95% dos jovens desta faixa etária concluem o segundo grau e a relação entre matriculados no segundo grau e matriculados no ensino superior é de 7 para 1 (Chagas, 1980; Franco, 1980). De tamanho *pool* de jovens é mais fácil salvar e selecionar talentos para o ensino superior. O problema crucial do Brasil está em superar tamanho atraso social e o considerável desperdício de talentos;

— na corrida do vestibular, há um desequilíbrio quantitativo na busca de certas profissões (Santos, 1980). O prestígio social e a expectativa de altos ganhos associados a certas profissões prejudicam a demanda por outras profissões também socialmente úteis. Os melhores talentos terminam concentrando-se naquelas e, para estas sobram os medíocres e os menos capazes. Alunos talentosos não buscam a carreira do magistério no primeiro e segundo graus em função dos baixos salários do magistério público. Em consequência, o magistério fica entregue aos menos talentosos e às mulheres, que na sua maioria oferecem apenas uma dedicação parcial ao trabalho. Nossa sociedade capitalista periférica e nosso Estado mau padrão terminam por reforçar esta

perversão das opções profissionais dos candidatos. Como as profissões de serviços à comunidade estão mais vinculadas ao Estado, terminam as classes menos favorecidas ficando dependentes desses serviços, prestados por profissionais mal pagos, desmotivados, quando não mal formados e incompetentes. Esse desequilíbrio na qualidade das profissões e de seus serviços é, pelo menos, parcialmente reforçado pelo sistema classificatório do exame vestibular e pela desvalorização da profissão docente na universidade;

— durante os últimos vinte anos, a expansão do ensino superior público tem sido muito lenta. A responsabilidade pública por este grau de ensino reduziu-se drasticamente. Como já observamos antes, no começo da década de 60 a proporção de estudantes em faculdades e universidades públicas era precisamente inversa à da situação atual. Além disso, o fluxo do alunado no ensino superior público não tem sido otimizado, sendo mais uma das causas do gargalo na entrada no ensino superior. É notório o número de alunos fantasmas em universidades públicas. Para superar esta situação, alguma medida precisa ser tomada pelo setor público de ensino superior e pelo governo. Uma estrutura diversificada parece ser outra condição necessária para a expansão do ensino superior público de boa qualidade e de menor custo.

Quanto ao aspecto qualitativo, há também vários problemas que precisam ser enfrentados nesta questão da articulação entre o ensino de segundo grau e o ensino superior:

— É notória a baixa qualidade do diplomado na escola de segundo grau, especialmente da escola pública. Para sanar esse problema, surgiram os cursinhos como um autêntico parasistema. Mal necessário, cresceram e se multiplicaram pelo país inteiro, de tal modo que a maioria dos bem-sucedidos no vestibular passou por seus bancos. Este fato parece ser indicação mais que evidente da necessidade de urgente política de melhoria da escola de segundo grau e da possível necessidade de criação pelo Estado de um sistema de ensino pós-segundo grau para implementar a massificação ou democratização do ensino superior sem prejuízo da qualidade, excelência e alta seletividade de algum setor do sistema universitário público que precisa se tornar mais diver-

sificado. Provavelmente a diplomação através de um exame de Estado, como aliás foi adotado por quase metade dos estados norteamericanos (Stocking, 1983) e por países europeus, poderia tornar-se instrumento de aprimoramento da qualidade da escola de segundo grau e de melhoria de seu desempenho na concorrência pelo acesso ao terceiro grau.

— Os cursinhos e os vestibulares da maioria das universidades brasileiras estão marcados pela concepção behaviorista e tecnicista de educação das décadas de 60 e 70. O perfil do aluno ingressante na universidade resultante de tal experiência está finalmente sendo questionado pela recente política do vestibular da UNICAMP. Esta nova política promete afetar profundamente tanto o currículo do segundo grau quanto o tipo de aluno ingressante na universidade. As implicações desta mudança qualitativa do vestibular para a escola de segundo grau serão melhor compreendidas e avaliadas no futuro próximo.

— Em função dos critérios de seleção, muitos alunos podem ingressar na universidade mesmo com deficiências em algumas áreas do conhecimento demonstradas pelo exame vestibular. No entanto, em geral a universidade não tem usado os resultados do vestibular como um instrumento de diagnóstico das deficiências do aluno ingressante. Em outras palavras, não tem implementado a função de recuperação prevista na lei da última reforma universitária. Tal instrumento teria sido importante fator de articulação do currículo do segundo com o do terceiro grau para aqueles alunos necessitados. A consequência dessa negligência tem sido o contínuo rebaixamento do ensino superior ao nível real e possível do alunado. Para reverter a situação, fruto do despreparo da clientela ingressante, alguma coisa precisa ser feita. Uma possível ação seria a transformação do vestibular classificatório em exame diagnóstico da educação do aluno da escola de segundo grau e de suas habilidades intelectuais.

— Os exames vestibulares representam, além da avaliação do desempenho dos alunos, avaliação do desempenho das escolas de primeiro e segundo graus, desde que não ultrapassem “o nível de dificuldades do segundo grau” (art. 21 da Lei 5.692/71). Os cursinhos sabem disso e alardeiam a qualidade de seu trabalho divulgando a quantidade de seus alunos

aprovados nos vestibulares. Do mesmo modo que se descobriu, finalmente, a necessidade da avaliação da universidade, está na hora de descobrir a avaliação da escola de segundo grau, detectar suas deficiências e definir ações para superá-las. O resultado do desempenho de seus alunos no vestibular seria um dos tantos instrumentos de avaliação da escola pública. Seria conveniente instaurar um sistema permanente de avaliação da escola pública de segundo grau, a fim de se criarem mecanismos para seu constante aperfeiçoamento e melhor articulação com o ensino superior.

— É notória a falta de atualização periódica do professor da escola pública, tanto em relação aos conteúdos curriculares como às práticas pedagógicas. Formado em geral na escola superior particular, foi relegado pelo Estado durante anos sem nenhum curso de *aggiornamento* ou atualização. Enquanto isso, a pequena e socialista Cuba obriga por lei a atualização permanente de seus profissionais através da institucionalização do ano sabático. Entre nós, só recentemente alguma ação foi tomada pelo Estado de São Paulo junto com as três universidades públicas. Tratou-se, porém, de iniciativa limitada e insuficiente. A ação do Estado, neste sentido, tem sido muito mais de dificultar o aperfeiçoamento e a atualização daqueles poucos professores da rede pública que buscaram alguma universidade do Estado para fazer cursos de atualização ou de pós-graduação do que de estimulá-los (Cury, 1980). Alguma medida precisa ser tomada para reverter esta situação.

Quanto às relações institucionais entre a universidade e o sistema de administração do ensino público de primeiro e segundo graus, ou seja, a Secretaria de Educação e suas instâncias administrativas até o nível da escola, cabe também levantar alguns problemas:

— O sistema de ensino de primeiro e segundo graus, através de seus diversos órgãos e a universidade pública estão envolvidos e interessados nos problemas da educação do Estado. No entanto, é notório seu isolamento e desconhecimento mútuo, bem como sua falta de interação e de colaboração. Além disso, são inúmeros os obstáculos à integração entre a universidade e o primeiro e segundo graus (Medeiros et alii, 1975; Barreto e Leite, 1980). Em função disto, são esporádicas as ações de tra-

balho conjunto e de complementaridade, especialmente com as universidades públicas. Algumas medidas e mecanismos de colaboração poderiam ser criados para o aprimoramento do trabalho do sistema de ensino público de primeiro e segundo graus, para o aproveitamento da competência da universidade em favor da escola pública e para o próprio benefício da universidade em termos de reformulação de seus cursos e de sua autocrítica.

— As universidades públicas do Estado realizam inúmeras pesquisas educacionais sobre os problemas do ensino público de primeiro e segundo graus. Pelo menos no Estado de São Paulo, os programas de pós-graduação em educação estão entre os melhores do país. No entanto, entre os técnicos da Secretaria de Educação são relativamente poucos os especialistas pós-graduados provenientes destas três universidades. Lá, como na universidade, realizam estudos de reformulação e avaliação de currículos. Por outro lado, o Conselho Estadual de Educação tem a responsabilidade de elaborar o planejamento estadual de educação, e para tanto precisa fundamentar suas decisões em dados de pesquisa sobre a realidade educacional do Estado. Aqui também aparece a necessidade de vínculos mais estreitos entre os órgãos da Secretaria de Educação e as universidades públicas, a fim de que aquelas agências possam ser assessoradas e apoiadas pela pesquisa das universidades.

Agências mediadoras

A instância real e básica de articulação entre a escola de segundo grau e o ensino superior é o exame vestibular, autêntico rito de passagem para o estado adulto de uma seleta faixa de jovens. Os trotes enfrentados por este grupo nas primeiras semanas de ingresso na universidade representam o sinal visível desta transição ou deste rito de passagem. No entanto, junto com o vestibular, há algumas outras agências mediadoras desta articulação.

Alguma destas agências mediadoras são normativas. Entre elas estão, no nível federal, o

Ministério da Educação e o Conselho Federal de Educação. Quase anualmente, o MEC baixa normas e exigências relativas ao vestibular. Sua atuação tem sido marcante nesta área. O Conselho Federal de Educação, por sua vez, em sua febre legiferante, tem afetado todo o sistema educacional do país, inclusive no concernente à natureza do vestibular. Ainda do ponto de vista normativo, também o governo estadual, por meio de seu Conselho Estadual de Educação, creio que possa estabelecer normas que afetem a articulação entre o segundo e o terceiro graus. Na experiência norte-americana, em que o sistema de ensino é todo estadual, é freqüente a Secretaria de Educação criar comissão de relações entre a escola secundária e a universidade do Estado e fazê-la atuar como fórum para os dois níveis. No caso brasileiro, porém, a vinculação das universidades federais e escolas superiores particulares ao MEC dificulta tal articulação. Por último, também a universidade tem certo direito de estabelecer normas que podem afetar a estrutura e o funcionamento do exame vestibular. Aliás, este direito deveria ser aumentado em nome da autonomia universitária e da possibilidade de experimentação de formas mais adequadas de seleção para o terceiro grau.

Outras agências mediadoras entre a escola de segundo grau e a universidade são de caráter preparatório. Os cursinhos independentes ou os cursinhos das próprias escolas de segundo grau ou associados a elas realizam este papel extra-sistema de recuperação da escola de se-

gundo grau para aqueles alunos cujos pais têm poder aquisitivo para arcar com os custos, aliás mais dispendiosos do que os das universidades particulares mais caras. Durante muitos anos, este tem sido um dos grandes filtros na transição da escola de segundo grau para a universidade. Aliás, filtro intelectual e sócio-econômico ao mesmo tempo.

Existem ainda as agências mediadoras executivas. Na década de 70, consolidaram-se agências independentes das universidades e até hoje algumas ainda dominam a realização dos exames vestibulares, especialmente para as grandes universidades públicas. Entre estas sobressaem-se duas fundações: a Fuvest e a Cesgranrio. Mais recentemente, estas agências vêm sofrendo críticas e algumas universidades estão se desligando delas e criando comissões internas de vestibular. Estas representam o segundo tipo de agência executiva do vestibular e a tendência parece ser o retorno ao vestibular independente de cada instituição universitária.

Finalmente, podem existir agências mediadoras crítico-prospectivas. São aquelas que realizam estudos e pesquisas sobre o problema da articulação entre os dois níveis de ensino, sobre o problema de ensino e aprendizagem que muito podem contribuir para a reformulação dos mecanismos de articulação utilizados no sistema educacional. O desempenho desta função por universidades ou por institutos de pesquisa educacional está na forte dependência do apoio financeiro do governo federal e estadual e da colaboração dos órgãos de administração do ensino.

Influência da escola no ensino superior

A escola, especialmente a de segundo grau, influencia o ensino superior de diversas formas. Entre estas convém citar: a expansão da escola de segundo grau levando à pressão pela massificação do terceiro grau, a adoção do princípio de equidade ou de excelência no processo de seleção dos estudantes, conduzindo à modificação do perfil do ingressante na universidade e a preparação acadêmica do aluno mais freqüente nas boas escolas parti-

culares de segundo grau levando a grande influência do fator sócio-econômico na seleção pelo vestibular.

A expansão da escola de segundo grau com o conseqüente aumento dos concluintes tem gerado forte pressão por ingresso no terceiro grau e pela massificação deste nível de ensino, à semelhança do que já ocorreu nos países avançados, onde está generalizada a escola de segundo grau.

O crescimento da escola pública para as classes populares tem permitido que crescente contingente destas classes tenha acesso a algum tipo de ensino superior. No entanto, quando se vêem em alguma instituição universitária percebem que têm pouco tempo para estudar, apresentam sérias deficiências de conhecimento e de habilidade para enfrentar o curso superior. A consequência para o terceiro grau, em geral, tem sido o aumento do *gap* entre as aspirações e a realidade em termos de maior repetência, evasão, mudança de carreira como solução de compromisso e realização do curso num período demasiado longo.

Como este grupo percebe a educação terminal no segundo grau como injustiça social e associa o ensino superior a maior prestígio, a maior salário e a possível ascensão social, busca, com razão, alguma forma de curso superior. A consequência tem sido o grande aumento da população universitária de baixa qualidade, levando à crescente queda do nível no terceiro grau. Em vista dessa situação, a política adotada em alguns países da América Latina (Schiefelbein, 1983) tem sido criar cursos pré-universitários na própria universidade. Muitos vêem em tal política um processo de secundarização da universidade.

Este crescimento da escola secundária associado ao concomitante aumento dos ingressantes na universidade levou, segundo Schiefelbein, a outras duas consequências para o ensino de terceiro grau: a primeira foi a massificação da universidade, que passou a funcionar com classes imensas, aulas-conferências, ausência de bibliografia atualizada e de trabalhos de seminário em pequenos grupos. A segunda foi o surgimento de novas escolas de ensino superior a partir de escolas secundárias particulares de bom nível, para atender a demanda por vagas. Estas escolas proliferaram, mas em quase nada se diferenciaram de seu nível original. O professorado proveio do segundo grau e seu antigo estilo passou a ser adotado no terceiro grau: professor horista, dador de aula, sem formação pós-graduada e que assumiu o magistério univer-

sitário como um bico. Em suma, ausência de profissionalismo e de compromisso com a carreira universitária.

Outro mecanismo de influência da escola de segundo grau na universidade está na seleção dos estudantes. Se predominar o princípio da equidade, estudantes de menor nível intelectual tenderão a entrar no terceiro grau. Se prevalecer o princípio da excelência, estudantes talentosos terão mais chance de ingresso. É evidente que o predomínio de um ou outro destes princípios está vinculado à política governamental para o setor de educação.

A informação profissional na escola de segundo grau influencia, em parte, a escolha da carreira do aluno no terceiro grau. No caso brasileiro, este serviço de informação em geral é muito precário. Não raro o aluno faz a escolha por pressão da família ou dos colegas, sem base em informação mais sólida sobre a carreira escolhida. Em consequência, não são raras as escolhas equivocadas, com sérios prejuízos para o aluno e para o ensino de terceiro grau.

A qualidade da escola de segundo grau determina, em parte, a qualidade do candidato ao terceiro grau. A qualidade do ensino superior vincula-se também à qualidade da escola de segundo grau. A escola de segundo grau da elite sócio-econômica assegura vagas para sua clientela na universidade de elite. São os herdeiros, *les héritiers*, como os chama Bourdieu. Por outro lado, da escola pública saem relativamente poucos candidatos com chance de ingresso na universidade pública de elite (*Folha de S. Paulo*, 14.11.1988). Segundo dados da Fuvest, desde 1980 o número de aprovados provenientes da escola pública tem diminuído sistematicamente.

Por estes comentários finais, fica evidente que a preparação do alunado na escola de segundo grau é fator crucial de maior ou menor chance de ingresso na boa universidade pública. Em geral as escolas particulares acadêmicas, rigorosas e competentes asseguram maior chance para seus alunos na competição pela universidade pública gratuita e de boa qualidade.

Influência da universidade na escola

A escola de segundo grau e a universidade estão intimamente imbricadas. Entre ambas dá-se uma espécie de causação mútua. Ambas são clientes e fornecedoras mútuas de pessoal. Esta influência se dá pelo efeito demonstração, pelas exigências curriculares da universidade na fase de seleção, pela seleção e formação do pessoal escolar, pela pesquisa, pela extensão e pelo aspecto financeiro, entre outros fatores.

Segundo Ernesto Schiefelbein (1983), a principal influência da universidade na escola de segundo grau parece ser o efeito sobre as aspirações dos alunos e de suas famílias. As aspirações universitárias destes alunos são, em parte pelo menos, determinadas pelo efeito de modelagem dos estudantes universitários e dos graduados na sociedade. De algum modo, o aluno de segundo grau sabe que o estudante universitário recebe vários privilégios e *fringe benefits* na universidade, como transporte, residência e alimentação subsidiados, acesso às facilidades de esporte (veja-se o clube da USP e da UNICAMP), equipamentos e cursos de língua estrangeira gratuitos, livros-textos e tíquetes com desconto para eventos culturais. Por outro lado, ele também vê que os graduados das universidades estão geralmente incluídos nos grupos de maior prestígio na sociedade, recebendo títulos especiais no dia a dia, como "doutor", dr. engenheiro, dr. advogado, dr. dentista etc. A aura associada aos graduados da universidade e a percepção de que este grupo social tende a conquistar os melhores empregos e a receber os maiores salários explicam também o aumento substancial de interesse dos alunos da escola de segundo grau pela universidade.

As exigências curriculares da universidade para a fase de seleção pelo vestibular apresentam também forte influência na escola e no aluno de segundo grau (Santos, 1980). Ao divulgar suas exigências de ingresso nas escolas de segundo grau, a universidade pode afetar a forma de trabalho das escolas e a dedicação dos alunos. Se a maioria dos alunos de determinada escola deseja ingressar na universidade, esta escola tende a prepará-los naque-

las disciplinas incluídas nos exames vestibulares da universidade. O aluno, por seu lado, tende a estudar e a privilegiar aquelas disciplinas muito valorizadas no vestibular e a relegar para segundo plano todo o resto do currículo da escola. O exame vestibular torna-se, deste modo, o principal fator de influência no currículo da escola de primeiro e segundo graus. Este elo entre os dois últimos níveis é especialmente importante nos países da América Latina, onde existe um currículo comum na escola secundária para todos os alunos (Schiefelbein, 1983). Nas escolas de segundo grau, em especial naquelas de classe média, os pais e os alunos são os primeiros a rejeitar qualquer tentativa de se implementar um currículo que não prepare os alunos para a universidade. Ou seja, qualquer formação profissionalizante neste nível de ensino é repudiada por tais escolas em resposta aos anseios de sua clientela. Este fator explica, em parte, o fracasso da tentativa de profissionalização da escola de segundo grau no Brasil. Por outro lado, as aspirações e motivações dos alunos pelo ingresso na universidade parecem também ser afetadas pelas tradições ou papéis esperados por homens e mulheres. Por exemplo, a escolha de uma carreira universitária pelas mulheres continua a se concentrar nas tradicionais profissões femininas de professora, enfermeira, assistente social, bibliotecária. Em suma, as exigências da universidade parecem afetar a quantidade de esforço que os alunos das escolas de segundo grau estão dispostos a dedicar para dominar os conhecimentos exigidos pelo vestibular.

Os professores das escolas de segundo grau e mesmo de primeiro grau são formados na universidade. Portanto, através do processo seletivo de vestibular por carreira, a universidade está alocando os estudantes de segundo grau menos aptos para ensinar no sistema escolar (Santos, 1980). A qualidade da formação universitária destes futuros professores nos institutos e nas faculdades de educação das universidades e nas escolas superiores isoladas, em geral, deixa muito a desejar. Deste modo, fecha-se o círculo vicioso da má qua-

lidade do ensino de primeiro e segundo graus. Alunos menos talentosos buscam a carreira do magistério, recebem formação universitária menos competente e se tornam professores e educadores. No entanto, como diziam os latinos, *nemo dat quod non habet*, ninguém dá o que não tem.

A universidade pode também influenciar a escola de segundo e primeiro graus com suas pesquisas. Ela é a sede da maior parte das pesquisas sobre ensino, aprendizagem, elaboração de testes, avaliação educacional e resultado das políticas educacionais. Com estes instrumentos, ela pode afetar profundamente a escola, a médio e longo prazo, desde que os definidores da política educacional tomem suas decisões baseados em informação e pesquisa. É evidente que o enfoque dessas pesquisas é, por sua vez, influenciado pelas tendências políticas e pelas prioridades das agências governamentais de financiamento de pesquisa. Além da pesquisa, também a assessoria de professores universitários aos órgãos governamentais tem influenciado consideravelmente os rumos da política educacional. Os professores podem também ser contratados como consultores na preparação de projetos educacionais, na avaliação de experiências em andamento e na elaboração de novos livros-textos e materiais instrucionais. Por todos estes meios, a universidade pode ter importante papel na determinação da política educacional do Estado.

Mais recentemente, a universidade pública paulista envolveu-se numa interessante e rara experiência de colaboração com a Secretaria de Educação do Estado (Sanfelice, 1988).

Nos períodos de férias de verão e de inverno, têm oferecido inúmeros cursos de diferentes componentes curriculares e com duração de trinta horas a milhares de educadores da rede pública de ensino de primeiro e segundo graus. Este serviço de extensão universitária tem um potencial imenso de influência na escola de primeiro e segundo graus. O processo de reciclagem permanente do professorado da rede pública de primeiro e segundo graus deve ser estimulado pelos órgãos do governo e assumido corajosamente pela universidade pública, para assegurar a crescente melhoria de qualidade de todo o sistema educacional.

Finalmente, de uma forma um tanto perversa para a escola de primeiro e segundo graus, a universidade pública afeta este sistema de ensino por meio de seu *lobby* poderoso por mais verbas para o ensino superior. No contexto federal, é notória a maior efetividade da universidade no *lobby* por mais recursos financeiros e, deste modo, têm sido sempre mais capaz de elevar sua fatia de recursos financeiros. O mesmo se dá no contexto estadual, com a universidade sempre recebendo um tratamento ligeiramente privilegiado. Esse fato é constatado por recente estudo do Banco Mundial sobre o gasto público brasileiro em programas sociais. Segundo o relatório deste Banco (World Bank, 1988: 40), o gasto público por estudante na universidade e no ensino superior é quase 18 vezes maior que o gasto na escola de primeiro e segundo graus. Como conclui o relatório do referido banco, este sistema de financiamento da educação beneficia e favorece, mais uma vez, os que mais têm.

Algumas propostas de aprimoramento da articulação

Considerando os inúmeros problemas de articulação e integração entre as instituições de ensino superior e a escola de primeiro e segundo graus e sua influência sobre o problema do acesso ao terceiro grau, é condição necessária mas não suficiente a criação de mecanismos institucionais de articulação e co-

operação entre estes níveis de ensino a fim de se aprimorar seus padrões de excelência. Levando em conta a experiência dos países que já entraram no estágio de ensino superior em massa, sugerimos as seguintes medidas:

— criação de programas de articulação/aceleração entre o segundo e o terceiro

graus para o aluno superdotado da escola de segundo grau. Por tais programas, os alunos capazes poderiam cursar, ainda no segundo grau, disciplinas cujos créditos seriam transferíveis para o currículo do terceiro grau;

— criação de colégios pré-universitários ou pós-segundo grau gratuitos preferencialmente para o aluno proveniente da escola pública, como medida de curto prazo. Tais colégios teriam caráter multifuncional, abrangendo um componente propedêutico para a universidade e um componente profissionalizante, de tal modo que os alunos adquirissem uma formação profissionalizante de nível superior intermediário. Isto implicaria a criação de uma estrutura de ensino superior público diversificada e articulada de modo a possibilitar formas diferenciadas de acesso e de excelência. A criação desta rede de colégios ou centros pré-universitários pelas universidades públicas ou pelas secretarias de educação teria a finalidade de dar aos jovens maior oportunidade de acesso ao ensino superior, preparo mais adequado para ele e orientação para a escolha da carreira universitária ou de uma profissão de nível superior. Esta iniciativa representaria uma resposta adequada ao princípio de democratização ou igualdade de oportunidades de acesso ao ensino superior (Santos Filho, 1979, 1986);

— criação de uma estrutura universitária pública inspirada nos princípios de universalidade, excelência, diversidade, unidade ou integração, educação recorrente, flexibilidade e participação, de modo a possibilitar diversas formas de acesso e de excelência (Santos Filho, 1986);

— aprimoramento da escola de segundo grau com medidas como: ampliação do ano escolar, escola de tempo integral para todos, mais trabalho escolar, mais tarefa de casa, melhor seleção do professorado, permanente *aggiornamento* do professorado, adequada preparação do futuro professor, identificação do aluno necessitado de recuperação, identificação do aluno dotado e superdotado para

colocá-lo em programas mais acelerados, adoção de currículo de segundo grau mais flexível para possibilitar tais iniciativas, definição mais explícita dos objetivos da escola de segundo grau, comparação das várias escolas do sistema para verificar seu desempenho, definição de parâmetros de excelência, avaliação periódica das escolas, adoção de exames de estado (espécie de “madureza” acadêmica, como o *baccalaureat* francês e o *Abitur* alemão) para estimular o aprimoramento das escolas, programas especiais de verão na escola de segundo grau e na universidade para aluno em recuperação e para aluno talentoso (técnicas de estudo, técnicas de uso de biblioteca, estudo de disciplinas acadêmicas etc.), competição anual por bolsa de estudo no terceiro grau para descoberta e estímulo do aluno talentoso. Todas estas medidas devem representar estímulo à busca da excelência tanto pelos alunos como pelas instituições educacionais;

— implementação da função de recuperação na universidade, em caráter emergencial e através de formas diferenciadas de assistência ou orientação pedagógica ao aluno e do uso de métodos didáticos alternativos, como a tutoria acadêmica e a monitoria acadêmica (Ramos, 1980). Em caráter permanente, instituir na área básica, ou seja, no primeiro ano universitário, se for o caso, com a colaboração da faculdade de educação, o trabalho de diagnóstico das deficiências de formação do alunado, em termos de domínio de conteúdos, hábitos de estudo, uso da biblioteca e habilidade de pesquisa bibliográfica. Este primeiro ano universitário constituiria o que se chama de *curso de orientação universitária*, na universidade espanhola;

— criação de uma agência estadual (espécie de “Capes”) para avaliação do ensino de segundo grau, para promoção do aprimoramento do professorado de segundo grau e para avaliação dos cursos de graduação no Estado. Para viabilizar esta segunda proposta, seria necessário colocar a escola superior particular sob a jurisdição do Estado e não da União, como acontece na legislação atual.

Integração entre a universidade e o sistema de ensino de primeiro e segundo graus

Como observam Mackenzie, Eraut e Jones (1974:3), "A universidade nasceu num claustro — e tornou-se uma arena. Foi concebida originalmente como um asilo para os eruditos que queriam isolar-se do mundo; hoje, o problema que as universidades devem resolver, prioritariamente, é o da medida e da forma de sua participação na vida da sociedade". O compromisso social da universidade, especialmente em países subdesenvolvidos como o Brasil, deve expressar-se em suas funções de ensino, pesquisa e extensão. Este compromisso, para garantia de sua perpetuidade e aprimoramento, deve-se estender ao sistema de ensino de primeiro e segundo graus, em especial.

Cabe à universidade a preparação da elite intelectual do país e dos recursos humanos de nível superior em inúmeras profissões. A área de educação terá muito a ganhar em termos de competência profissional, *status* científico e social se seus profissionais receberem uma formação universitária. Em diversos países do primeiro mundo, esta exigência já é uma realidade e certamente vem contribuindo para a elevação da qualidade do ensino de primeiro e segundo graus.

A função de pesquisa refere-se à geração e descoberta de novos conhecimentos. Na área de educação, ela foi consideravelmente incrementada pela criação das faculdades de educação e especialmente pela implantação dos cursos de pós-graduação em educação. Por este instrumento, a universidade brasileira está capacitada para colaborar no estudo e diagnóstico dos problemas educacionais do país. Além disso, ela constitui o lugar mais adequado para se pensar e refletir de maneira crítica e mais profunda sobre a educação, as soluções para seus problemas e os caminhos para seu aprimoramento.

A obsolescência do conhecimento, a exploração de novos conhecimentos, a necessidade de reciclagem dos profissionais de nível superior

e a competência acadêmica da universidade exigem que ela seja também dinâmica em sua função de extensão. A extensão universitária deve ser entendida como desenvolvimento de comunidade, ação cultural, educação continuada, prestação de serviços e mecanismo de formação de opinião pública (Barros, 1980). Em relação ao ensino de primeiro e segundo graus, cabe à universidade, no desempenho de sua função de extensão, detectar as necessidades destes níveis de ensino nas diversas dimensões desta função e desenvolver atividades para responder a tais necessidades.

No desempenho destas três funções da universidade em sua vinculação com o ensino de primeiro e segundo graus, cabe papel privilegiado, embora não exclusivo, à faculdade de educação, cuja missão precípua neste contexto deveria ser a de exercer a liderança do processo de integração e vitalização do sistema de ensino do Estado e do país.

No exercício desta tarefa de integração entre a universidade e o sistema de ensino, existem obstáculos tanto no nível da administração da universidade como no nível das atitudes de ambos (Medeiros e outros, 1975). Na administração universitária, constituem obstáculos sérios à integração a excessiva burocracia e o alto grau de centralização, que dificultam a tomada de qualquer iniciativa que fuja aos parâmetros tradicionais. Outro obstáculo advém da precaridade e, às vezes, da ausência de canais de comunicação entre a universidade e os sistemas de ensino em âmbito local, estadual e nacional, gerando mútuo desconhecimento.

O obstáculo à integração ao nível das atitudes configura-se por parte da universidade pela ausência de sensibilidade aos problemas dos demais níveis de ensino e, por parte do sistema de ensino, pela ausência de diálogo sistemático com a universidade para a solução de problemas comuns e pela desconfiança na competência da universidade para aten-

der às suas necessidades de formação de recursos humanos.

Diante do potencial da universidade a serviço do sistema de ensino e do seu compromisso social pela elevação dos padrões culturais e melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira, medidas concretas devem ser adotadas tanto pela universidade, como por ela e pelo sistema de ensino para aprimorar a integração entre ambos.

Para a universidade, sugerem-se as seguintes medidas, entre outras:

- permissão de remuneração adicional, em situação de convênio, a docentes que oferecem cursos na rede de ensino, realizam pesquisas e dão consultoria a projetos ligados a problemas do sistema de ensino;
- estímulo e promoção da excelência na docência que atualiza e inova seus programas constantemente e busca vincular-se aos problemas do sistema de ensino de primeiro e segundo graus;
- valorização e direcionamento do curso de licenciatura, do começo ao fim, para a formação do professor;
- criação de oportunidades para que o professor universitário conheça mais de perto os demais níveis de ensino, o que lhe permitirá vincular docência e pesquisa aos problemas da escola;
- estruturação de um programa universitário flexível e mais ágil a fim de responder às novas demandas do sistema de ensino pela formação de um novo tipo de profissional e por sua especialização e atualização;
- adoção de metodologias alternativas ou regimes didáticos especiais para recuperação do aluno que ingressa na universidade com deficiências;
- oferta de cursos de aperfeiçoamento para os professores da rede;
- estímulo à colaboração direta e permanente de professores universitários às escolas da rede, através de convênio entre a Secretaria de Educação e a universidade;
- oferta regular de cursos de extensão nas férias de verão e de inverno para reciclagem de professores de primeiro e segundo graus em conteúdo e formação pedagógica;
- produção de periódicos de divulgação cien-

tífica por docentes universitários e associações profissionais (com a colaboração de organismos federais e estaduais) para uso dos professores da rede de ensino;

- estímulo à pesquisa sobre o ensino de primeiro e segundo graus.

Para a universidade e o sistema de ensino de primeiro e segundo graus, recomenda-se:

- institucionalização de canais regulares de comunicação entre a universidade e o sistema de ensino, possibilitando o desenvolvimento de uma ação integrada entre eles, através de um fórum misto. Exemplo de iniciativas implementadoras desta proposta já se encontram em alguns estados da federação (Franco, 1980; Jucá e outros, 1988);
- estabelecimento de convênio entre a universidade e a Secretaria de Educação, partes interessadas na formação de um grupo paritário de professores responsáveis pela definição dos programas a serem desenvolvidos;
- estabelecimento de medidas administrativas estaduais, municipais e, mesmo por delegacias de ensino, no sentido de assegurar maior disponibilidade do sistema de ensino como campo-laboratório para a formação de futuros mestres e como campo de pesquisas da realidade educacional;
- representação da universidade e do sistema de ensino nos respectivos conselhos definidores de sua política de ação.

Conclusões

A articulação entre o ensino universitário e o ensino de segundo grau, especialmente pela mediação do atual sistema de vestibular, é um dos mais sérios problemas da educação brasileira. Por outro lado, a integração entre a universidade e o ensino de primeiro e segundo graus, embora há bastante tempo propugnada, está longe de se concretizar. Estes dois graves problemas da educação, pelas implicações negativas para todo o sistema de ensino do país, precisam ser urgentemente enfrentados e resolvidos. Espera-se que os elaboradores da nova LDB e os organismos dos esta-

dos responsáveis pela definição da próxima política estadual de educação enfrentem com coragem estas duas questões e definam parâmetros criativos e diretrizes eficazes para a sua solução. A tarefa não é fácil, mas requer urgência e ação imediata no sentido de definir e implementar diretrizes legais, estratégias e mecanismos viabilizadores da articulação e integração entre o ensino superior e o de primeiro e segundo graus.

Como durante os próximos dez anos, de acordo com a nova Constituição Federal, a União e os estados terão obrigação constitucional de alocar 50% de todos os recursos destinados à educação no ensino de primeiro e segundo graus, o resultado pode ser a universalização da educação básica para toda a população do país. A implicação desta meta para a estrutura de ensino superior é evidente. A demanda social pelo ensino superior provavelmente será ainda maior. No entanto, a

solução deste problema não virá da sofisticação da atual forma de vestibular, mas da criação de um sistema público de ensino superior diversificado e flexível, em que o acesso esteja disponível a todos os candidatos capazes e motivados.

A aprovação de boas leis educacionais, as constituições estaduais e o aumento dos recursos financeiros para a educação são condições necessárias, mas não suficientes para a solução dos problemas quantitativos e qualitativos e institucionais da articulação e integração entre as instituições de ensino superior e as escolas de primeiro e segundo grau e do acesso ao ensino superior. Estruturas mais adequadas e ações pedagógicas concretas tanto das instituições de ensino superior como das escolas de primeiro e segundo grau precisam ser adotadas a fim de que se criem elos efetivos entre estes níveis de ensino e se supere o problema histórico do acesso ao ensino superior neste país.

Referências bibliográficas

- BARRETO, J.A.E. & LEITE, R. H. As Áreas Básicas da Universidade e o Ensino de 1º e 2º Graus. *Educação Brasileira*, II(5), 1980.
- BARROS, Z.G.P. de. A extensão Universitária e o Ensino de 1º e 2º Graus. *Educação Brasileira*, II(5), 1980.
- BELLONI, I. Democracia na Universidade: Democratização do Acesso, da Gestão e dos Resultados. *Educação Brasileira* 8(17), 1986.
- CHAGAS, V. O Vestibular e o Ensino de 1º e 2º Graus. *Educação Brasileira*, II(5), 1980.
- CORCORAN, M. Access to Higher Education. In: Knowles, A.S., editor in Chief. *The International Encyclopedia of Higher Education*. São Francisco, Jossey-Bass Publishers, 1978. V. 2.
- CURY, C.R.J. A Democratização Escolar no Ensino Fundamental e sua Relação com o Ensino Superior. *Educação Brasileira*, II(5), 1980.
- CURRY, J.A. & SCHAEN, P.M. Admissions: An International Perspective. In: Knowles, A.S., Editor in Chief. *The International Encyclopedia of Higher Education*. São Francisco, Jossey-Bass Publishers, 1978. V. 2.
- FRANCO, M.E. Dal P. A Estrutura Universitária e o Ensino de 1º e 2º Graus. *Educação Brasileira* II(5), 1980.
- HUSÉN, T. Articulation: Europe. In: Knowles, A.S., editor in Chief. *The International Encyclopedia of Higher Education*. São Francisco, Jossey-Bass Publishers, 1978. V.2.
- JUCÁ, M.E.W. e outros. Uma Proposta de Integração Universidade-Sistema de Ensino de 1º Grau no Ceará. *Educação Brasileira*, X(20), 1988.
- MACKENZIE, N., ERAUT, M. e JONES, H.C. *Arte de ensinar e arte de aprender*. Rio de Janeiro, GB, 1974.
- MEDEIROS, D.V. de, BOAVENTURA, E.M. e PAIXÃO, L. Universidade: Potencial a Serviço dos Sistemas de Ensino. In: MEC/Secretaria Geral. *IX Encontro de Secretários de Educação e Presidentes de Conselhos de Educação, com a Participação das Universidades*. Anais. Brasília, DF, DDD, 1976.
- Ministério da Educação e Cultura/Secretaria Geral (MEC), *IX Encontro de Secretários de Educação e Presidentes de Conselhos de Educação, com a Participação das Universidades*. Anais (Porto Alegre, 24/26 de novembro de 1975) Brasília, Departamento de Documentação e Divulgação, 1976.

NORMANDO, R.A. Vestibular: Modelo Alternativo ou Alternativas de Procedimento? *Educação e Seleção* n° 14, jul./dez./1986.

RAMOS, J.F. A Estrutura Universitária e a Escola de 1° e 2° Graus. *Educação Brasileira*, II(5), 1980.

SANFELICE, J.L., (org.) *A universidade e o ensino de 1° e 2° graus*. Campinas, Papyrus, 1988.

SANTOS, W. O Vestibular como Forma de Acesso ao Ensino Superior. *Educação Brasileira*. II(5), 1980.

SANTOS FILHO, J.C. dos. Escopo da Seletividade no Acesso ao Ensino Superior. In: CRUBSESU/MEC-PUC/RJ, Seminário sobre o Vestibular: *Dilemas do Acesso ao Ensino Superior no Brasil*. Anais. Rio de Janeiro; PUC/RJ, 1980.

SANTOS FILHO, J.C. dos. Por uma Teoria de Democratização do Ensino Superior: Pressupostos e Implicações. *Fórum Educacional*, 10(4), out./dez. 1986.

SCHIEFELBEIN, E. The Relation Between Secondary Education and Higher Education: The Case of Latin America. (Draft version). Trabalho apresentado no *International Seminar on the Links Between Secondary Education and Higher Education*. University of California, Los Angeles, 1983. Mimeo.

SEEC-MEC. *Estatística do Ensino Superior*. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1972, v.I.

STOCKING, C. The Relationship Between Secondary Education and Higher Education: Some Facets of the American Case. Trabalho apresentado no International Seminar on the Links Between Secondary Education and Higher Education. University of California, Los Angeles, 1983.

UNESCO. *Anuário Estatístico*. Paris, Unesco, 1985.

VIANNA, H.M. Acesso à Universidade: Uma Reflexão ao longo do Tempo. *Educação e Seleção* n° 18, jul./dez. 1988.

World Bank. Brazil Public Spending on Social Programs; Issues and Options, *Report* n° 7086-BR. Washington, May 27, 1988. v.1.

